

Leia neste número:

UGT na justiça pelo Seguro Desemprego 01

UGT, centrais e movimentos Unidos na Luta 02

UGT debate Terceirização no Senado 02

UGT se prepara para 104ª Conferência da OIT 03

30 anos da Redemocratização do Brasil 03

Urbanitários de Bauru se filiam a UGT 04

Bancos devem pagar dívidas com a União 04

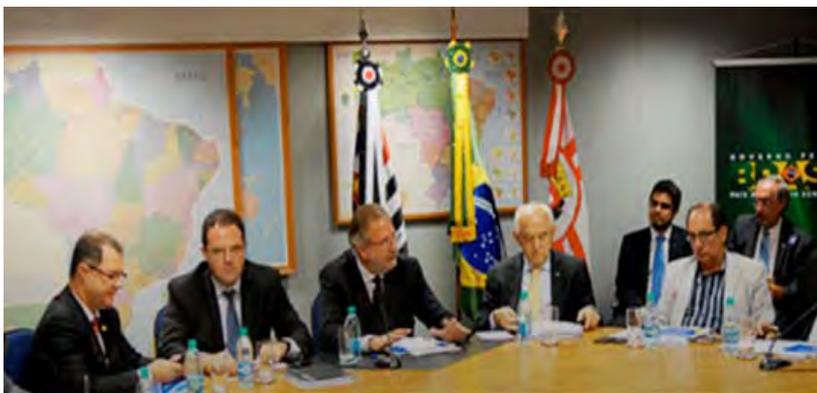
Trabalho Doméstico Remunerado 04

## UGT na justiça pelo Seguro Desemprego

UGT entrará na justiça para defender trabalhadores e tapar buraco negro aberto pela medida neoliberal aprovada na Câmara

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, entidade sindical que representa mais de 8 milhões de trabalhadores em todo o território brasileiro é veementemente contra a aprovação da MP- 665/2014, que aconteceu na quarta-feira, dia 06, na Câmara dos Deputados, que restringe o acesso dos trabalhadores a direitos benefícios trabalhistas, como seguro desemprego.

**A UGT apresentou, no início do ano, uma série propostas para a reforma fiscal sem sacrifício dos direitos conquistados pela classe trabalhadora.**



A medida abre um verdadeiro buraco negro para trabalhadores que têm mais de 12 meses de admissão e menos de 18 trabalhados, e foram excluídos do recebimento do seguro desemprego pois ao ser editada, no apagar das luzes de 2014, ele limitava o acesso ao seguro desemprego aos trabalhadores com menos de 18 meses de carteira assinada no mesmo emprego. Como a Câmara reduziu esse período para 12 meses. No entendimento da UGT os trabalhadores que tinham entre 12 e menos de 18 meses, fazem, agora jus ao pagamento do benefício .

A MP, que faz parte de um pacote de ajuste fiscal anunciado no apagar das luzes de 2014, justamente quando muitas empresas dão férias coletivas e os trabalhadores aproveitam para descansar ao lado de seus familiares, visa tirar a responsabilidade das falhas administrativas do Governo Federal e colocar a culpa toda na população, pois ao invés de enxugar a máquina pública, diminuir gastos, fechar o ralo por onde o dinheiro está escoando e combater com firmeza e veemência a corrupção do país, preferiu-se o caminho mais curto já que reajustaram os impostos, aumentaram a taxa de juros, o que subiu a arrecadação, mas minou o poder de compra do brasileiro e agora, para economizar R\$ 18 bilhões por ano, resolveram mexer nos direitos trabalhistas e previdenciários realizando um verdadeiro arrocho fiscal-trabalhista.

A UGT já havia apresentado, no início do ano, uma série propostas para a reforma fiscal que contempla tanto o lado da despesa quando da receita e que, em hipótese nenhuma, "nem que a vaca tussa", mexeria em direitos conquistados pela classe trabalhadora e pela sociedade brasileira.

Portanto, todos trabalhadores, independente de categoria ou entidade sindical, dispensados e sem receberam o seguro desemprego por ter mais de 12 e menos de 18 meses, podem procurar a UGT em seus Estados que a central irá entrar com uma ação na Justiça cobrando o devido pagamento.

## UGT, centrais e movimentos Unidos na Luta

Centrais sindicais e movimentos sociais organizam manifestação para enfrentar pacote de maldade contra a classe trabalhadora

A sede da **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, região central de São Paulo, foi palco de uma reunião no último dia 11 que contou com a presença de representantes de movimentos sociais e de sindicatos das mais diversas categorias profissionais para discutir os rumos do enfrentamento da sociedade ao pacote de maldade que está tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

O encontro teve como objetivo preparar o **Dia Nacional de Paralisações e Manifestações – Rumo a Greve Geral**, uma grande manifestação prevista para acontecer em diversas cidades brasileiras e tem como finalidade demonstrar que a classe trabalhadora é contra as MPs 664 e 665, que determinam novas regras para o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, além do **PL 4330**, que trata sobre a terceirização, mas precariza as relações trabalhistas e reduz direitos adquiridos.



Segundo **Ricardo Patah, presidente nacional da UGT**, a central está preparada para o dia 29 de Maio e que é preciso incluir na pauta de reivindicação da manifestação as questões ligadas ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que está prejudicando milhares de estudantes em todo o país, e aos professores que permanecem em greve.

“Temos que fortalecer as pautas que nos une em prol de um objetivo maior, que neste momento é impedir que as MPs 664, 665 e o PL 4330 sejam aprovados, mas também precisamos lutar pela melhoria da educação no nosso país, pois para sermos na prática uma ‘Pátria Educadora’ é fundamental que os professores sejam valorizados e que tenham melhores condições de trabalho”, explica **Patah**.

Participaram do encontro na sede da UGT, representantes da CTB, CGTB, CUT, Força Sindical, NCST e Intersindical que, apesar das divergências políticas ou ideológicas reconheceram que este é o momento de fortalecer a união entre as entidades para enfrentar esta situação que é extremamente prejudicial à classe trabalhadora. “Qualquer forma de desentendimento entre as centrais, neste momento, é pequeno diante de tudo isso que se apresentou para ser combatido”, explica Francisco Pereira (Chiquinho), secretário de Organização e Políticas Sindicais da UGT nacional.

## UGT debate Terceirização no Senado

A **União Geral dos Trabalhadores (UGT)**, representada seu vice-presidente **Lourenço Prado** (no vídeo), participou, na manhã desta quinta-feira (14), da audiência pública realizada pelo Senado Federal para debater o projeto de terceirização que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Com o tema “Terceirização: a revogação da Lei Áurea e trabalho escravo”, o debate foi conduzido pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e contou com a participação do secretário de Inspeção do Trabalho da Pasta, Paulo Sérgio de Almeida; o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Paulo Luiz Schmidt; a coordenadora do Fórum em Defesa dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, Magda Barros Biavaschi; e o procurador do Trabalho Helder Santos Amorim.



Segundo o dirigente ugetista, a central é favorável a regulamentação da terceirização, pois hoje são 12 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, mas é veementemente contrária a terceirização da atividade fim, o que irá prejudicar 30 milhões de profissionais.

“É fundamental que a terceirizada seja regulamentada, mas ampliar para atividade fim é simplesmente rasgar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que ela representa e todos os direitos que a classe trabalhadora conquistou”, diz Lourenço.



clique para ampliar



Veja o vídeo: CDH debate Lei Áurea, terceirização e combate ao trabalho escravo

## UGT se prepara para 104ª Conferência da OIT

Visando sua participação na **104ª Conferência Internacional do Trabalho** da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que se realizará em Genebra, Suíça, de 1º a 13/6, a União Geral dos Trabalhadores – UGT, promoveu um seminário preparatório na sexta-feira última, dia 8. Entre os palestrantes do seminário estava **Stanley Gacek, diretor adjunto do Escritório da OIT Brasil.**

Stanley Gacek falou sobre pequenas e médias empresas e a criação de emprego decente e produtivo. “Sabemos muito bem que o tema de empresas sustentáveis tem sido uma bandeira clássica e fundamental da bancada dos empregadores na OIT. Para eles, o tema tem uma equivalência com relação à política de trabalho decente, asseverando que ele deve fazer uma parte imprescindível do próprio conceito”, destacou o dirigente.



O encarregado do escritório da OIT Brasil, destacou a iniciativa da UGT com a realização do seminário preparatório. “Essa ideia deveria ser adotada pelas demais entidades sindicais, pois ajuda a fortalecer os pontos defendidos pelas representações dos trabalhadores na Conferência.

Transição da economia informal para economia, forma, pejotização (fenômeno mundial), terceirização ou subcontratação e ainda a crise de representatividade, foram alguns dos temas abordados ao longo do seminário.

O **presidente Ricardo Patah**, falou sobre a importância dos temas que foram apresentados ao longo do seminário, destacando a importância da participação da delegação da UGT, que estará representando a necessidade de milhares de trabalhadores. Para Wagner de José Souza, o seminário foi de extrema relevância para a delegação da UGT que dentro de 20 dias estará em Genebra para participar da conferência.

### 104ª Conferência Internacional do Trabalho, 1-13 junho 2015

Os delegados representantes dos grupos de trabalhadores, empregadores e governos dos 185 Estados membros da OIT vão abordar uma ampla gama de tópicos, incluindo a transição da economia informal para a formal, pequenas e médias empresas e a criação de emprego decente e produtivo, proteção social (proteção dos trabalhadores), a aplicação de normas internacionais do trabalho, as propostas de programa e o orçamento para 2016/17.

## 30 anos da Redemocratização do Brasil

30 anos da Redemocratização do Brasil', exposta ao ar livre na Avenida Paulista, pela UGT



Convenção	Ano	Assinatura	Reservas
Convenção 102 sobre o Trabalho em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 108 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 111 sobre a Igualdade de Oportunidades e de Tratamento	1995		
Convenção 114 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 115 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 116 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 117 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 118 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 119 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 120 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 121 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 122 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 123 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 124 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 125 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 126 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 127 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 128 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 129 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 130 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 131 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 132 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 133 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 134 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 135 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 136 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 137 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 138 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 139 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 140 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 141 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 142 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 143 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 144 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 145 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 146 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 147 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 148 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 149 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 150 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 151 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 152 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 153 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 154 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 155 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 156 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 157 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 158 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 159 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 160 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 161 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 162 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 163 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 164 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 165 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 166 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 167 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 168 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 169 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 170 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 171 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 172 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 173 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 174 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 175 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 176 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 177 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 178 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 179 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 180 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 181 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 182 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 183 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 184 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		
Convenção 185 sobre a Proteção da Saúde e da Segurança dos Trabalhadores em Empresas de Pequenas e Médias Dimensões	1995		

Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil



Guía para los delegados a la Conferencia Internacional del Trabajo



## Urbanitários de Bauru se filiam a UGT

O **Sindicato dos Urbanitários de Bauru**, na tarde desta quarta-feira (13), se filiou a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e chega para somar na luta que da central pela construção de políticas públicas que busquem uma sociedade mais justa e igualitária, o que influencia diretamente a vida da classe trabalhadora.

Segundo o **presidente do Sindicato Jesus Garcia**, a filiação do sindicato a UGT visa fortalecer as diretrizes de ação sindical da entidade, que é a luta por salário, benefício, condição de trabalho, mas também busca construir ações conjuntas institucionais para avançar com a política do setor, que tem três segmentos (eletricidade, gás e saneamento ambiental), essa parceria será muito importante.



"No momento temos uma frente de atuação focada, principalmente nas questões previdenciárias, como o fim do fator e as questões relacionadas as aposentadorias especiais, entre outras políticas ligadas a saúde e segurança do trabalho do ponto de vista institucional", explica Jesus Garcia.

## Bancos devem pagar dívidas com a União

Se bancos pagassem dívidas, questão fiscal seria resolvida, diz senador



Se apenas uma pequena parte das grandes empresas e bancos do país com dívida junto à União pagasse seus débitos, o ajuste fiscal proposto pelo governo federal não seria mais necessário, alerta o senador Otto Alencar (PSD-BA).

"Se somente as empresas da Avenida Paulista resolverem pagar o que devem ao erário, resolve o ajuste fiscal", ressaltou o senador, chamando a atenção para os 780 processos que representam uma dívida de R\$ 357 bilhões em impostos e multas.

Levantamento feito por ele aponta que entre os processos que tramitam no Carf -- alvo da Operação Zelotes da Polícia Federal -- de cobrança em impostos e multas, 780 processos são referentes a empresas que devem mais de R\$ 100 milhões, um montante de R\$ 357 bilhões, bem mais do que se pretende economizar com os ajustes fiscais. Para o senador, o Carf precisa ser extinto, ou pelo menos reformado, já que sua configuração permite a interferência direta de interesses de empresas e bancos privados, justamente os maiores devedores.

## Trabalho Doméstico Remunerado

Este boletim especial foi preparado para o Dia do Trabalhador Doméstico, 27 de abril. Traz dados sobre emprego, renda, formalização deste segmento, que ainda é importante alternativa de inserção feminina no mercado de trabalho.



Trabalho Doméstico Remunerado



**PALÁCIO DAS  
CONVENÇÕES  
DO ANHÉMBI  
SÃO PAULO - SP**  
**16, 17 E 18 DE  
JUNHO DE 2015**



O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos